PROJETO DE LEI n.º

. de 2003

(Do Sr. Luiz Bassuma)

Determina que os estabelecimentos que vendem combustíveis e gás liquefeito de petróleo – GLP, diretamente ao consumidor exponham, de forma detalhada, a composição do preço final do produto e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo 1º Os postos de abastecimento de combustíveis e estabelecimentos de revenda de gás liquefeito de petróleo – GLP, devem afixar, de forma visível à distância e aos consumidores em trânsito, as seguintes informações sobre a composição do preço do produto.

I – parcela do preço relativo à Petrobrás;

II – parcela do preço relativo às distribuidoras;

III –parcela do preço relativo aos impostos estaduais;

IV –parcela do preço relativo aos impostos federais;

V – parcela do preço relativo ao posto de revenda;

VI -preço final ao consumidor.

Parágrafo único. As parcelas que compõem o preço final ao consumidor devem constar em seus respectivos percentuais e valores em moeda corrente.

Artigo 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei implicará aplicação de multa equivalente a duas mil UFIR ao estabelecimento de

venda de combustível ou de gás liquefeito de petróleo – GLP infrator e à distribuidora a que se encontre vinculado.

Parágrafo único. A reincidência no descumprimento desta Lei implicará o pagamento do dobro do valor da multa estabelecida no caput deste artigo, e , em caso de constatação do terceiro descumprimento, no fechamento do estabelecimento.

Artigo 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os consumidores brasileiros de combustíveis e do chamado gás de cozinha o GLP, geralmente não têm um perfeito conhecimento de tudo o quanto estão pagando quando compram um litro de combustível ou um botijão de gás. É importante para o amadurecimento do consumidor brasileiro que se dê, sempre, a maior transparência possível à real composição do preço final do produto.

Na questão dos combustíveis, em especial, é possível observar verdadeiras batalhas na propaganda e na mídia, responsabilizando um ou outro setor pelo elevado custo dos produtos. A medida que se pretende adotar visa, então, a permitir que o consumidor verifique com clareza, a seu próprio juízo, quanto, em valores monetários e percentuais, cada elo da cadeia formadora do preço final está a levar de cada litro de gasolina, álcool ou diesel ou a cada botijão do gás de cozinha que ele consome.

Esta clareza permitirá ao consumidor escolher não só a

qualidade e a marca do produto a ser consumido, mas também as menores

margens de lucro que compõem o preço.

Por fim, para que a nova normatização atinja a eficácia

integral que se espera, é indispensável a penalização severa aos faltosos, no caso

multa (duplicada na reincidência) e fechamento do estabelecimento, por ocasião

de um terceiro descumprimento, conforme se estabelece no artigo segundo e

parágrafo do presente Projeto de Lei.

A observância desta lei, permitirá também um controle

mais efetivo por parte da sociedade e dos órgãos de defesa do consumidor sobre

a formação de cartel, uma tendência deste setor, conforme denúncias sistemáticas

na mídia.

Em razão da relevância dos objetivos propostos, conto

com o apoio de todos os ilustres parlamentares, para a aprovação da presente

Proposição.

Sala das Sessões, em

de

de 2003.

Deputado LUIZ BASSUMA

PT-BA